

UM RECORTE DA VISÃO CONTEMPORÂNEA DA SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA

UN RECORTE DE LA VISIÓN CONTEMPORÁNEA DE LA SEXUALIDAD EN LA
ADOLESCENCIA

A CLOSE-UP OF THE CONTEMPORARY VIEW OF SEXUALITY IN ADOLESCENCE

DE TILIO, R*. MARTINS, M. S.** , MORELLI, A. B.***

UFTM (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO)/BRASIL
(RECIBIDO 07-10-2013, ACEPTADO 01-12-2013)

RESUMEN

Este artículo tiene objetivo de presentar un estudio descriptivo y exploratorio de partes de conversaciones de un grupo de jóvenes sobre sexualidad, mostrando como esta temática es aprendida por ellos. Para esto se realizó una entrevista grupal en una escuela. Participaron de este estudio nueve adolescentes con edad entre 14 y 17 años y se utilizó un guía de entrevista semiestructurada como instrumento de evaluación de los aspectos abordados. Fue concluido que existe un conflicto entre la familia y la escuela sobre la transmisión de informaciones acerca de la sexualidad y ambas no se encuentran preparadas. Así, es necesario buscar estrategias adecuadas que establezcan la conciencia concreta de los jóvenes, como formar grupos en los que puedan relatar sus experiencias.

Palabras clave: sexualidad, adolescencia, concientización

ABSTRACT

(A close-up of the contemporary view of sexuality in adolescence): This article presents a study about the speeches of a group of teenagers about sexuality, showing how this subject is apprehended by them. For it to be possible, a group interview was realized in a school. Nine teenagers, with ages between 14 and 17 years old, took part in this. A semistructured interview script was used as the instrument to cover everything about this. It was concluded that there is a shock between the school and the family, about the theme and both were found unprepared. This way, it's necessary to search for strategies that establish the concrete consciousness on the teenagers, as, for example, to create groups in which they can tell their experiences.

Keywords: sexuality, adolescence, awareness

* Professor do Curso de Psicologia e Coordenador do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM/Brasil; rafaeltilio@bol.com.br, Rua Doutor Francisco Augusto César N.º 442 ap 32, ZIPCODE 14020-530, Ribeirão Preto/SP, Brasil

** Acadêmica de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. m-stephane@hotmail.com

*** Acadêmica de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. anabarabamorelli@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo descritivo e exploratório acerca de um recorte das falas de um grupo de adolescentes sobre sexualidade, mostrando como esta temática é apreendida por eles, para tanto, realizou-se uma entrevista grupal em uma escola. Participaram deste estudo, nove adolescentes, com as idades entre 14 e 17 anos. Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada como instrumento para abarcar os aspectos em questão. Concluiu-se que existe um embate entre a família e a escola no que diz respeito a transmitir informações a respeito da sexualidade e ambas se mostram despreparadas. Deste modo, é necessário buscar estratégias adequadas que estabeleçam a conscientização concreta dos jovens, como formar grupos que eles possam relatar suas experiências.

Palavras-chave: sexualidade, adolescência, conscientização

INTRODUÇÃO

Para Marola, Sanches e Cardoso (2011) a sexualidade possui duas definições mais comuns. A primeira remete a um conjunto de caracteres morfológicos e fisiológicos do indivíduo de acordo com o sexo a que pertence. Já a segunda acepção diz respeito à expressão da pulsão sexual e atividade sexual. Ao longo da história, nota-se que a temática foi encarada dos mais diversos modos, quase sempre refletindo a realidade e organização social predominante na época.

Embora seja uma afirmação questionável, pois não há evidências concretas de que isto realmente ocorreu, Engels (2004) diz que as interações sexuais entre homens e mulheres não eram passíveis de nenhuma restrição e não tinham conotação negativa, até o momento em que a sociedade se tornou patriarcal, logo após o surgimento do conceito de propriedade privada e acumulação de bens, visto que a única maneira de saber com acuidade quem era o pai das crianças – e deste modo estipular para quem seriam passados os espólios após a morte do líder familiar – era restringir os parceiros sexuais da mulher. Para este autor, foi a partir desta nova organização social que a sexualidade passou a ser encarada apenas como um meio para a reprodução e as mulheres foram proibidas de manter relações sexuais com outros homens antes e fora do casamento.

Araújo (2002) aponta que com a necessidade de manter o sexo restrito a fins reprodutivos, surgiram diversos mitos e tabus, por exemplo, a exigência do uso de roupas que cubram determinadas partes do corpo e as proibições de práticas sexuais que não culminam em filhos, como a masturbação. Evidencia-se que as premissas religiosas foram vias eficientes utilizadas para barrar a sexualidade, à medida que elas colocaram as vivências de caráter sexual como passíveis de uma punição não apenas física e/ou material, mas também simbólica.

Apenas no século XVIII, segundo Araújo (2002), surge o ideal de amor romântico e o casamento se torna menos rígido do que antes, visto que se abre a possibilidade de escolher um companheiro – as práticas sexuais começam a ser relacionadas com

a afetividade. A vivência da sexualidade esteve muito influenciada pela necessidade de afeto e se encontrou praticamente limitada ao casamento até meados dos anos 1950, quando começa a chamada Revolução Sexual, movimento que prega o sexo livre, além de novos hábitos de comportamento. O mesmo autor descreve que na década de 1960, com o movimento hippie e o possível acesso a pílula anticoncepcional, a Revolução Sexual atinge seu ápice e começa a modificar ideais muito antigos, como a superioridade masculina e a idolatria a virgindade feminina. Para o autor, esta liberdade sexual recém-adquirida acabou por acarretar problemas individuais e sociais, visto que a vivência de uma sexualidade plena e livre é algo que passou muitos séculos sem sequer ser considerada dentro da sociedade.

Evidencia-se que apesar da Revolução Sexual e da divulgação da pílula anticoncepcional, na década de 1960, a liberdade ainda é vista com preconceito e estigma. Muitas pessoas, baseadas em preceitos religiosos, viam e ainda veem a vivência da sexualidade livre como inadequado e associado à vulgaridade e pecado. Discorda-se aqui de Araújo (2002) que apresenta a sexualidade contemporânea como livre e plena, pois, até mesmo nos dias atuais, o tema causa certo desconforto. Sabe-se, que não devemos menosprezar a importância das mudanças sociais precedidas pelos movimentos citados acima, mas é inegável a existência de fortes vestígios atuais acerca da repressão da sexualidade. A nosso ver, os conflitos contemporâneos associados a sexualidade podem não ser decorrentes apenas das mudanças acerca da percepção da mesma, mas são legados de uma cultura de inibição que perpassa os tempos.

Heilborn, Aquino e Knauth (2006) consideram a adolescência na contemporaneidade como uma das melhores fases da vida, no entanto é também conhecida como uma fase conturbada devido às diversas transformações físicas e psicológicas que ocorrem. Falar de adolescência retoma as concepções de socialização e sexualidade, conseqüentemente as pessoas tendem a associá-la com o temor da violência, drogas e vida sexual desregrada. Existe uma crença construída culturalmente de que a adolescência é marcada pela vivência intensa dos impulsos, uso abusivo de drogas, ausência de compromisso e sexualidade explorada sem limites, o que instiga preconceitos e gera menosprezo da opinião e escolhas dos jovens. Desde modo, os adolescentes são colocados pela sociedade como incapazes de tomar decisões importantes, de controlar sua vida sexual e afetiva.

Sabe-se que os fenômenos envolvidos com a sexualidade na adolescência se tornaram uma preocupação social devido ao alto índice de ocorrências que envolvem a saúde coletiva tais como a Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS), gravidez precoce, aborto clandestino, entre outras (Heilborn, Aquino & Knauth, 2006). Deste modo, nota-se que a sexualidade na adolescência é uma temática de relevância social.

Com base nesta premissa este trabalho tem como objetivo apresentar um recorte acerca da vivência da sexualidade de um grupo de adolescentes que visa incitar uma discussão e nortear uma compreensão maior acerca da temática de interesse e suas peculiaridades.

MÉTODO

Tipo de estudo: Trata-se de um estudo descritivo e exploratório que visa apresentar um recorte das falas de um grupo de adolescentes de uma escola particular da região do Triângulo Mineiro acerca da sexualidade na adolescência, mostrando como esta temática se apresenta e é apreendida por eles. Não se pretende, com este artigo, generalizar dados, mas apresentar uma observação diferenciada e particular –dos autores– sobre o objeto de estudo específico.

Participantes: Participaram deste estudo voluntariamente, nove adolescentes, sendo três mulheres e seis homens, com as idades variando entre 14 e 17 anos. O encontro durou quarenta minutos e foi realizado em uma sala de aula de uma escola particular de Uberaba-MG.

Instrumentos: Inicialmente, foi realizado um levantamento na literatura de acordo com os propósitos deste trabalho. Após esta pesquisa foram selecionados temas que apresentam relevância social no contexto contemporâneo. Assim, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada utilizado como instrumento para abarcar os aspectos em questão. Os temas elencados foram: a adolescência como um período de mudanças e construção da identidade; a sexualidade aos olhos do adolescente; a responsabilidade da escolha afetivo-sexual; as principais questões sexuais entrelaçadas com a sexualidade dos adolescentes e a forma como as informações sobre questões relativas à sexualidade são passadas para os adolescentes.

Coleta de dados: Esta investigação coloca em pauta a observação participante e experiência dos pesquisadores que realizam uma entrevista semiestruturada em contexto grupal (grupo focal) em uma escola particular previamente selecionada, com um grupo misto de adolescentes. Foi explicado ao público-alvo o objetivo do encontro e, em seguida, eles foram convidados a participar de forma voluntária; após a aceitação iniciou-se o processo. A entrevista foi audiogravada e, posteriormente, transcrita na íntegra e literalmente submetidas à análise de conteúdo temática (Bardin, 2010) de acordo com o objetivo do trabalho. Apresenta-se como limitações que por se tratar de uma entrevista grupal, por vezes na transcrição ficou difícil diferenciar a autoria de algumas falas porque, em alguns momentos, os adolescentes falavam ao mesmo tempo. Portanto, este artigo traz uma reflexão sobre este encontro e procura investigar como a sexualidade do adolescente está inserida no contexto social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As falas dos adolescentes submetidas à análise de conteúdo temática e a discussão foi separada em categorias. Estas categorias foram criadas a partir de pontos em destaque da discussão que apresentam elos entre si e oferecem um esboço acerca de como os adolescentes participantes abrangem a sexualidade.

Categoria 1 – A adolescência como um período de mudanças e construção da identidade

Por ser um conceito artificial e socialmente construído, não existe um consenso sobre qual é a idade inicial e final da adolescência, fazendo-se uma média arbitrária, pode-se dizer que este período corresponde à faixa etária de doze aos dezoito anos (Bock, 2007, p.63). Sabe-se que este período da vida é destacado devido às diversas mudanças que ele traz. Esta grande quantidade de transformações que a criança – agora considerada um adolescente – passa é comumente conhecida e perpassa o discurso do grupo de entrevistados.

Quando foi perguntado como eles definiam a adolescência, apareceram as respostas de caráter de mudança de papel social e biológicas, como nestes trechos: “Porque é uma fase de transição da criança para a fase mais adulta e é aí que vai mudando os hábitos que é de brincar, você para de brincar”. (Sujeito 1, feminino) e “Os hormônios, eles chegam e vai mudando [...] Afloram...” (Sujeito 2, masculino).

Brilhante e Catrib (2011) afirmam que a crise de identidade decorrente da adolescência consiste em um fator psicossocial importante. A partir da identidade de gênero há uma consolidação da identidade do indivíduo em um contexto social, de modo que ele passa a apresentar sentimento de pertencimento. Entretanto, devido às mudanças biopsicossociais já destacadas e a maturação para vida adulta, o adolescente vive conflitos sobre o que deseja ser e possui a necessidade de construir uma identidade própria que vai além da identidade de gênero – o mais saudável é que ele construa esta sua identidade por si só, sem grande necessidade de ter a aprovação dos demais.

Segundo Paulilo (1999), na adolescência, o indivíduo sente-se muito sozinho e pode procurar se amparar em algo que preserve a sua autonomia e que dê significado às representações ao mundo em que está inserido. Neste processo, ele encontra uma necessidade de se autorreferenciar, de procurar por si mesmo e nesta procura, ele pode se fundamentar através da comunicação e nas trocas com outros indivíduos.

Para Heilborn et al (2006) comentam que para o adolescente na busca por sua própria identidade também surge a necessidade de se desprender do outro que, em geral, vem representado na figura dos pais. O início de relacionamentos afetivos, como também da vida sexual, pode ser considerado como um dos passos mais relevantes que o adolescente dá para conquistar sua autonomia em relação a sua família.

Categoria 2 – A sexualidade aos olhos do adolescente

Durante o encontro, foi perguntado aos adolescentes o que eles entendem por sexualidade e eles mostram dificuldades em encontrar uma definição, apresentando respostas evasivas ou que indicam ausência de conhecimento a respeito do tema, por exemplo: “Depende da forma que você tá falando de sexualidade”. (Sujeito 2, masculino).

Notou-se um grande constrangimento inicial, disfarçado com risadas e atitudes jocosas, por parte dos jovens que estavam presentes. Brilhante e Catrib (2011) compreendem o modo como os adolescentes tratam o assunto a partir da interpretação de um discurso de Foucault (1988). O autor em questão diz que a sexualidade é construída a partir de múltiplos discursos, ou seja, múltiplas “verdades” que são transmitidas para os indivíduos por meio da cultura, transmitidas de geração em geração e esses discursos interferem na formação da concepção de sexo, gênero, e outros. Deste modo, pode-se evidenciar a partir da demonstração de desconforto com o tema ou/e desconhecimento que estes adolescentes podem estar construindo uma ideia de sexualidade como tabu, o que, somando com a falta de apoio e ausência de informações claras, pode ser um gerador de sofrimento.

Os adolescentes precisam de apoio afetivo nessa fase repleta de questionamentos para que consiga se desenvolver em seu potencial. É importante para o indivíduo estar bem com sua própria sexualidade para lidar com as relações de forma satisfatória e saudável (Brilhante & Catrib, 2011).

Categoria 3 – A responsabilidade da escolha afetivo-sexual

Os jovens do grupo expressaram que não existe a necessidade de que o ato sexual seja feito com um parceiro com o qual se tenha afeto (amor), sendo que ele pode ocorrer apenas devido ao desejo: “Eu vou fazer com uma tal pessoa porque eu gosto dela ou porque eu já sei que eu quero isso”. (Sujeito 1, feminino).

Entende-se que o fato deles não colocarem sexualidade e afetividade como necessariamente entrelaçadas e a busca por um parceiro ideal ou relação estável para a iniciação sexual não foi algo verbalizado por eles em nenhum, remete-se ao discurso da fluidez das relações sociais que estão presentes na contemporaneidade.

Bauman (2001) diz que até o século passado, a sociedade era regida por laços sólidos, na qual tudo estava bastante estruturado e que agora tudo é efêmero, passageiro. O fato de não ouvirmos destes jovens que o fator emocional é de grande relevância para a vivência da sexualidade, refletimos que se no passado a vida sexual dependia de relações amorosas fortes – que tinham, até mesmo, a pretensão de durarem eternamente – para ser iniciada, atualmente, tanto a vivência sexual quanto as próprias relações sexuais são consideradas apenas mais um produto passível de ser descartado.

A mídia e os amigos foram apontados como os principais influenciadores para a iniciação da vida sexual: “A mídia influencia muito, é, novela, seriado, às vezes tem uma série de criança que tem um caszinho que forma com o outro e pronto sabe? E às vezes assim, são super pequenininhos”. (Sujeito 1, feminino); “Seus amigos influenciam sim. Não é nem assim chega a pessoa e fala: vai lá e faz! É simplesmente pra acompanhar os outros. Sabe? Não ficar pra trás”. (Sujeito 1, feminino).

Embora a escolha individual também estivesse presente no discurso: “Você tem a escolha. Se um não quer dois não fazem. Então, se eu não quiser, eu não vou fazer”. (Sujeito 3, feminino).

Sobre a questão da idade mínima para manter relações sexuais foi dito que ela é relevante à medida que se deve ter a mente e o corpo amadurecidos: “A idade interfere no corpo, assim, na resistência do corpo, e a mentalidade é a cabeça que você vai ter pra praticar o ato. Tipo, saber que eu preciso usar camisinha porque se não eu posso pegar alguma doença”. (Sujeito 1, feminino)

De acordo com Ventura e Corrêa (2006), na legislação vigente, todos têm direito a liberdade e autonomia, inclusive crianças e adolescentes, embora nem sempre isso seja aceito culturalmente. Mesmo diante do progresso na área jurídica no que tange os direitos da criança e do adolescente nacional e internacionalmente, ainda assim algumas dificuldades surgem quando se trata de colocar a lei em prática, pois há um entrave na interpretação da lei quando se trata da sexualidade do adolescente, por apresentar um aspecto paradoxal. Os adolescentes e as crianças, embora sejam considerados sujeitos portadores de direito, muitas vezes são privados desses direitos e escolhas sexuais pela falta de compreensão, pelo conservadorismo ou controvérsias legais. O paradoxo encontrado na legislação remete, principalmente, a sexualidade do adolescente. Os documentos apresentam definições sobre as características patológicas da sexualidade e reprodução na adolescência, mas não há definições dos aspectos positivos da mesma (Lowenkron, 2007).

A menoridade sexual, assim chamada por Lowenkron (2007), é a idade concedida pela legislação como apropriada para iniciação sexual do indivíduo. A idade do consentimento sexual é administrada pela ordem jurídica, que se diz responsável por regular essa prática e assim, consequentemente a vida social das pessoas. Esse assunto intriga devido a controvérsias contidas em si, uma vez que é complexo determinar uma idade adequada para se iniciar livremente uma relação sexual, na qual o indivíduo está dotado de razão plena, se responsabiliza pelos seus atos e está amadurecido psicologicamente para avançar este passo. Essa menoridade pressupõe que o indivíduo não esteja maduro o suficiente. Justifica-se esse pressuposto alegando que não se equipara a idade com maturidade, sendo diferenciada a maturidade no âmbito social, psíquico e biológico.

Conforme consta no artigo 224 do Código Penal (Brasil, 2013), é considerado crime manter relação sexual consentida ou não com menores de 14 anos. A legislação visa regular e proteger a sexualidade dos adolescentes e crianças, vista como inocente por serem adolescentes, expondo que a sexualidade pode gerar consequências ao seu desenvolvimento em diversos âmbitos e, mesmo que alguns biologicamente estejam preparados, psicologicamente não estariam.

Lowenkron (2007) apresenta um caso, na qual se visa problematizar e apresentar o paradoxo da lei, no qual um rapaz foi acusado de violência ficta contra uma menina de 12 anos. Alguns legisladores defenderam que como ela concedeu o coito, não aparentava ser menor de idade e mantinha relações sexuais com rapazes, presumia-se que teria um desenvolvimento integral, na qual psicologicamente estava amadurecida para pesar se deveria ou não manter relação sexual com o rapaz em questão. Afirmam também que houve uma mudança social, pois meninas de 12 anos já são moças, lançando um debate sobre essa lei ser relativizada ou

universal, absoluta. Outros legisladores contrariam e embasam seus argumentos dizendo que por se encontrar na puberdade, é esperado que aparecessem manifestações dos instintos sexuais, mas considerando a psicogênese do indivíduo e que o adolescente está em processo de transformações e formação da sua personalidade, não possui capacidade para medir consequências posteriores ao ato sexual, sendo, portanto vulnerável.

Aponta-se a necessidade de estabelecer discussões que visem um consenso relacionado às questões da sexualidade, envolvendo não só os legisladores, mas todos os atores envolvidos (a justiça, profissionais da saúde, educação e os próprios adolescentes e familiares). Os direitos devem garantir a dignidade, a liberdade, o desenvolvimento saudável, bem-estar físico e psíquico do indivíduo (Ventura & Corrêa, 2006).

Categoria 4 – As principais questões sociais entrelaçadas com a sexualidade dos adolescentes

Altmann (2007) afirma que a sexualidade na adolescência está intimamente relacionada com questões sociais. Dentre os eventos envolvidos na sexualidade que são alarmantes e atualmente repercutem sobre a saúde coletiva, destacam-se a gravidez precoce, aborto, DST e AIDS.

Na tentativa de explicar a gravidade e ocorrência de tais fenômenos, utilizam-se da justificativa de que os adolescentes tendem a se colocar em risco. Paulilo (1999) expõe que a prevalência destas questões durante a adolescência se dá devido à inclinação que o sujeito tem de se colocar em risco. O risco surge como troca simbólica com a morte, visto que o sujeito passa a evitá-la ou desafiá-la metaforicamente, a partir do momento em que tenta manter-se, simbolicamente, por um determinado tempo, na linha divisória entre viver e morrer. Entretanto, refletindo acerca desta justificativa, nota-se que ela não abarca todos os âmbitos da questão, visto que atribui toda a responsabilidade apenas ao indivíduo e menospreza diversos aspectos sociais, ou seja, foca-se no nível micro e descarta o nível macro.

Acerca da gravidez na adolescência, pode-se dizer que é uma construção contemporânea, uma vez que a gravidez que hoje é considerada precoce, até a metade do século XX era socialmente adequada. Com a Globalização e a Revolução Sexual surgiram novas imagens de mulher e de infância, o que culminou com a concepção atual acerca da idade adequada para a primeira gestação (Altmann, 2007). Atualmente, sabe-se que a gravidez na adolescência pode gerar problemas obstétricos, psicossociais e econômicos, tanto para as jovens que decidem manter a gravidez, quanto as que optam pelo aborto (Yazlle, 2006).

Para aquelas que decidem por levar a gravidez adiante, os problemas físicos mais comuns que podem surgir são: anemia materna, infecção urinária, prematuridade, placenta prévia, sofrimento fetal agudo, complicações no parto, puerpério, entre outros. Já dentre as questões sociais e emocionais envolvidas se encontram

principalmente na qualidade de vida das adolescentes que engravidam destacam-se o crescimento pessoal e profissional que pode ser prejudicado, por exemplo, e acredita-se que adolescentes que engravidam tem maior desistência escolar do que aquelas que não engravidam (Yazlle, 2006).

O aborto induzido é um procedimento obstétrico que é definido como a expulsão do feto antes de sua viabilidade, com menos de 22 semanas de gestação. Ele é considerado um grave problema de saúde pública visto que, por não ser legalizado, é praticado pelas mulheres em contexto clandestino, por profissionais despreparados, o que causa grande índice de mortalidade materna, além de outros problemas de saúde graves (Peres, 2006). Souza Aquino, Cecatti e Silva (1999) defendem que o aborto em adolescentes liga-se a fatores culturais, a classe social e ao papel social da adolescente, aos recursos econômicos e ainda à possibilidade de acesso a serviços de saúde.

Camargo e Botelho (2007) contam que as doenças sexualmente transmissíveis (DST) configuram hoje em dia um problema de saúde pública que tem sido cada vez mais comum no público adolescente. De fato, os jovens representam uma população vulnerável devido a vários fatores que colaboram para isso, sendo que entre esses fatores temos questões sociais, econômicas e culturais que devem ser consideradas. A baixa renda, bem como a cultura, podem influenciar na não utilização de preservativos, assim como a forma como as informações são passadas para eles, que pode não se encontrar em uma linguagem acessível.

Entretanto, na fala de um dos adolescentes entrevistados, nota-se que existe sim a informação respeito dos métodos de prevenção, visto que o preservativo é colocado como uma destas formas: “Eu sei que preciso usar camisinha porque senão eu posso pegar alguma doença.” (Sujeito 3, feminino), o que pode evidenciar que não é falta de informação ou conhecimento o que está contribuindo para a difusão das DST entre os adolescentes.

A iniciação sexual precoce, também é vista como uma das problemáticas da atualidade. Esta questão é colocada por um dos entrevistados: “Tá todo mundo fazendo muito cedo, então a tendência é todo mundo fazer. Por exemplo, deu 14 anos, todo mundo faz.” (Sujeito 1, feminino)

Esta preocupação a respeito da idade em que se inicia a vida sexual visa à proteção dos indivíduos, sendo que esta necessidade de proteger só ocorre à medida que os jovens não recebem uma conscientização de forma adequada por parte da sociedade, inviabilizando o desenvolvimento saudável. Assim, se retira a autonomia do indivíduo e cria esta concepção de que existe um momento considerado o correto. Em contraponto a esta justificativa, pode-se destacar que essa concepção foi formulada visando à proteção da criança e do adolescente, apoiando-se no argumento que nestes períodos pode não haver uma maturidade física e psicológica adequada para iniciar uma vida afetiva-sexual, o que pode vir a trazer complicações a longo ou curto prazo.

Categoria 5 – A forma como as informações sobre questões relativas à sexualidade são passadas para os adolescentes

Comumente, entende-se que, nos dias atuais, a escola e os pais são os principais responsáveis por transmitir conhecimentos sobre a sexualidade para os jovens.

Sabe-se, com base em Dias e Gomes (1999), que pais e filhos encontram dificuldades em iniciar conversas sobre alguns temas, como a sexualidade. Os jovens se sentem constrangidos ou ficam com medo de haver uma desaprovação de seus pais. Já os pais, sentem-se despreparados e desajeitados para tratar o assunto. Discutir sobre sexualidade requer uma transposição de barreiras, como idade e valores, o que deve ser mediado por mensagens que não se tornem restritivas ou permissivas em demasia. Muitos pais e filhos não conseguem estabelecer uma relação propícia para o diálogo, o tema não é discutido com naturalidade e as informações transmitidas deixam a desejar. Na maioria das vezes, são carregadas de valores morais. Alguns pais limitam em oferecer ou impor conselhos superficiais.

Cada vez mais, esta responsabilidade é delegada exclusivamente para a escola, fato que está tão evidente que o governo federal criou o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), no ano de 2003. Tal projeto tem como objetivo integrar os sistemas de saúde e de ensino para passar informações aos jovens, além de oferecer formação continuada para os professores, para que eles mesmos possam lidar com as dúvidas que aparecem no dia-a-dia acerca da sexualidade e distribuir preservativos nas instituições de ensino (Ministério da Saúde, n.d).

A inserção do tema sexualidade nas escolas iniciou-se nos anos 1990 e se deve as problemáticas epidêmicas e demográficas, como as DST, que começaram a atingir de maneira mais significativa a população jovem. Teoricamente, esta seria a forma mais fácil e acessível para os adolescentes, visto que se entendia que os pais não estavam passando conhecimento a respeito do tema de maneira satisfatória.

Segundo a Lei nº 9.394 (Brasil, 2013), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, os temas relacionados à sexualidade, deveriam ser transversais, ou seja, discutidos de diversos modos e em diversas disciplinas, a fim de facilitar sua compreensão pelo público-alvo. Entretanto, na prática, a forma como a temática é apresentada nas instituições de ensino regular deixa a desejar, em parte porque é ensinada por professores de Ciências Biológicas que se baseiam apenas em livros didáticos de biologia, mostrando somente o modelo biomédico, tendo caráter essencialmente disciplinar, normativo e educacional, ignorando as questões emocionais envolvidas (Altmann, 2007).

Pode-se dizer, até mesmo, que há uma dificuldade das escolas em definir se as aulas são de “orientação sexual” ou “educação sexual”. Tal dificuldade é expressa pelos responsáveis por ministrar esse tema (Altmann, 2007). Ao se refletir, diz-se que o primeiro termo é errôneo, pois remete a questão de gênero a qual a vivência da sexualidade está vinculada; entretanto, caso não houvesse esta vinculação, este termo seria mais apropriado que “educação sexual”, pois ao falarmos de orientação, estamos colocando o indivíduo como ativo, ou seja, que contribui com o

debate, enquanto o termo “educação” tem caráter disciplinar, didático, impondo uma verdade. De toda forma, o ideal seria falarmos em conscientização, o que remete transmitir conhecimentos de forma flexível, inserindo as experiências dos jovens na construção do conhecimento.

Os adolescentes do grupo ressaltaram a questão da deficiência das escolas como provedoras de conhecimento sobre a sexualidade quando apontaram que a maneira como as informações são passadas pela escola é deficiente, visto que os dados são mostrados de forma estritamente técnicas e que não abarcam as necessidades de informação que os jovens possuem, pois que o que eles querem saber está mais na ordem pragmática, como, por exemplo, a possível evolução da AIDS: “Eu vou ter uma doença por causa daquilo, eu vou ter um problema por causa daquilo. Eu não quero saber que é um vírus. A pessoa fala tanto do desenvolvimento, do não sei o quê. Fala: ‘Ai, tem que se prevenir mesmo porque vai causar uma doença’. Eu quero saber o que eu vou fazer com aquela doença e o como que eu vou lidar com aquilo”. (Sujeito 1, feminino)

O grupo também evidencia que em espaços de promoção de saúde, como nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde informações a respeito da sexualidade também estão disponíveis, o conhecimento e a forma como ele é passado é o mesmo que dentro das escolas, o que acaba por não lhes despertar o interesse e causa, até mesmo, indignação: “A gente estuda isso na escola, pra que então que eles ficam dando palestra igual?”. (Sujeito 1, feminino).

Além disso, eles argumentam que os materiais utilizados para passar as informações são inadequados: “Só que eu acho assim: ninguém lê panfleto!” (Sujeito 3, feminino).

Quanto às conversas sobre sexualidade com os pais ou outros adultos, os adolescentes do grupo verbalizam que não se sentem à vontade até mesmo porque não sentem que os pais ou adultos dão esta abertura e possuem receio de serem repreendidos: “Eu discutia com a minha mãe, mas aí, sabe, ficou estranho, virou uma conversa muito apimentada” (Sujeito 2, masculino); ou “Às vezes você vai perguntar pra algum familiar seu e você tem 15 anos, aí a pessoa já fala assim: ‘Você é louco, você tá perguntando isso por quê? Você já quer fazer? Nossa!’” (Sujeito 1, feminino); e ainda “O próprio familiar, a própria pessoa se assusta. Então assim, ela não acaba passando informação nenhuma pra a gente. Começa a falar: ‘Não, você é muito nova. Por que você está fazendo isso?’. Aí já começa a paranoia de que você tá perguntando porque você já está se preparando. Assim, às vezes é só curiosidade, não sei, às vezes não é nem o ato, não é nem o interesse de fazer o ato. É interesse de saber mesmo. Aí o próprio familiar começa a achar que você tá louca...”. (Sujeito 3, feminino).

Os adolescentes contam que conversam sobre o tema com os amigos, mas ressaltam que estas conversas não são satisfatórias à medida que os amigos não possuem mais informações que eles próprios e não acrescentam nada em termos de conhecimento: “[a gente conversa] Com amigo. Ah, mas assim... O que adianta? O amigo tem 14 anos e eu também. Você vai falar sobre o quê?”; “Porque assim,

geralmente a gente fala com pessoas da sala ou da proximidade da gente, que a gente tem mais contato. Como a gente vai perguntar pra pessoa ‘Dói? Como você faz?’ se a pessoa não tem mais experiência que a gente?”. (Sujeito 1, feminino)

Os adolescentes evidenciaram que as informações que eles querem nunca chegam até eles, havendo sempre a necessidade de busca-la: “A informação não vem. Igual eu estou te falando, a informação não vem da palestra, ela vem da atitude da pessoa de lá querer procurar aquilo...”. (Sujeito 1, feminino)

Quando perguntamos se eles sentiam falta de receber esses esclarecimentos da forma que eles consideraram adequada, seja pela escola ou por um adulto, eles dizem que não, pois consideram que toda lacuna de conhecimento que eles possuem, é preenchida com informações que conseguem na internet: “Ah, mas geralmente nem precisa né?[receber informações] A gente olha na internet...”; “Tem internet”. (Sujeito 4, masculino).

Entende-se que a fluidez das relações sociais contemporâneas (Bauman, 2001) está presente neste discurso dos jovens acerca da internet, pois quando eles ao não encontram informações suficientes ou passadas de maneira insatisfatória nas escolas e outros espaços públicos, não se sentem à vontade de falar com os pais e acreditam que os amigos não tem experiência suficiente para tratarem do tema, recorrem um lugar de anonimato, de fácil e rápido acesso. Desconstrói-se a necessidade da interação real entre duas pessoas, visto que é muito mais simples interagir com uma ferramenta que não faz julgamentos e que é uma profunda “conhecedora” da grande maioria dos assuntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, com base nos achados do grupo pesquisado, que existe um embate entre a família e a escola no que diz respeito a transmitir informações a respeito da sexualidade para os adolescentes e ambas se sentem e se mostram despreparadas. Os pais, muitas vezes, tratam o assunto como tabu, ou tendo vergonha, ou não têm liberdade e intimidade suficiente com os filhos ou possuem desconhecimento sobre o tema. O esperado seria que, a partir das políticas públicas, a escola preparasse melhor os jovens informando-os adequadamente sobre sexualidade, no entanto, não é exatamente isso que ocorre.

Deve-se buscar estratégias adequadas que estabeleçam a conscientização concreta dos jovens, o que exige que os profissionais estabeleçam uma escuta atenta, a partir da formação do vínculo e capacitação adequada que favoreçam a liberdade de expressão dos adolescentes, os deixem confortáveis e seguros para falar das várias faces que cercam esse tema e entendendo-os como seres atuantes que, inclusive, já possuem conhecimento prévio sobre o assunto. É preciso que busquem trabalhar de maneira integral com o adolescente, ou seja, abarcando todas as facetas envolvidas e a relação entre elas, como o contexto socioeconômico e cultural que o cerca.

Procurando chegar a este objetivo, podem-se formar grupos de debate com os adolescentes, nos quais se dê espaço para que eles relatem suas experiências e acrescente seus conhecimentos prévios à discussão, sem colocá-los como apenas ouvintes. Sabe-se que ao respeitar o conhecimento prévio que o indivíduo possui, o colocando em igual posição com aquele que vem transmitir conhecimento, torna o aprendizado mais fácil e vantajoso para todos os envolvidos, além de ir de acordo com a cultura de participação que vem se popularizando e diz que o conhecimento deve ser construído em conjunto, e não individualmente.

Ressalta-se que a presença dos pais na construção do conhecimento acerca da sexualidade juntamente com os jovens é primordial porque oferece suporte, estreita a relação familiar e os coloca como disponíveis diante de questionamentos. A construção coletiva de forma natural do conhecimento transforma o ambiente familiar em um contexto que possibilita sua expressão, proporciona aprendizado, respeita as escolhas dos jovens e favoreça a conscientização. Contudo, faz-se necessário estabelecer debates com os pais visando prepará-los para lidar com a sexualidade dos filhos, auxiliando na quebra do tabu e tornando o assunto o mais claro e natural possível.

As ações existentes são fáceis de serem colocadas em práticas, mas não são eficazes porque estão sempre relacionadas à mudança de comportamento individual, ignorando que a sexualidade é socialmente apreendida, visto que existem prescrições acerca da sexualidade de acordo com gênero transmitidas culturalmente. Antes de planejar essas ações, dever-se-ia investigar como está sendo o aprendizado da sexualidade. Faz-se necessário ampliar o foco das políticas públicas para os adolescentes e pensar no planejamento das ações no âmbito social.

Evidencia-se, por fim, a necessidade de se realizar mais pesquisas que busquem entender o porquê das questões sociais relacionadas à sexualidade na adolescência ainda serem consideradas problemas individuais – o que está bastante explícito, seja nos discursos que culpabilizam o indivíduo, seja quando os adolescentes dizem que precisam ter a iniciativa de buscar as informações que não chegam até eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Altmann, H. (2007). A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. *Educação em revista*, 1(46), 287-310.
- Araújo, M. de F. (2002). Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22(2), 70-77.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bock, A. M. (2007). A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicologia Escolar e Educacional*, 11(1), 63-76.

- Brasil (2013). Vade Mecum: Código Penal e Legislação Complementar. São Paulo: Rideel.
- Brilhante, A. V. M., & Catrib, A. M. F. (2011). Sexualidade na adolescência. *FEMINA*, 39(11), 504-509.
- Camargo, B. V., & Botelho, L. J. (2007). Aids, sexualidade e atitudes de adolescentes sobre proteção contra o HIV. *Revista Saúde Pública*, 41(1), 1-8.
- Dias, A. C. G., & Gomes, W. B. (1999). Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais. *Estudos de Psicologia*, 4(1), 79-106.
- Engels, F. (2004). *The origin of the family, private property and the state*. Chippendale: Resistance Books.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Heilborn, M. L., Aquino, E. M. L., & Knauth, D. R. (2006). Juventude, sexualidade e reprodução. *Caderno de saúde pública*, 22(7), 1362-1363.
- Lowenkron, L. (2007). (Menor)idade e consentimento sexual em uma decisão do STF. *Revista de Antropologia*, 50(2), 713-745.
- Marola, C. A. G., Sanches, C. S. M., & Cardoso, L. M. (2011). Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. *Psicologia da educação*, 1(33), 95-118.
- Ministério da saúde. Jovem. n.d. Recuperado em 28 fevereiro, 2013, de <<http://www.aids.gov.br/pagina/jovem/>>
- Paulilo, M. A. S. (1999). Risco e ciências sócias: uma abordagem conceitual. *AIDS: os sentidos do risco*. São Paulo: Vegas.
- Peres, S. O., & Heilborn, M. L. (2006). Cogitação e prática do aborto entre jovens em contexto de interdição legal: o avesso da gravidez na adolescência. *Caderno de Saúde Pública*, 22(7), 1411-1420.
- Souza, A. I., Aquino, M. M. A., Cecatti, J. G., & Silva, J. L. P. (1999). Epidemiologia do Abortamento na Adolescência. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 21(3), 161-165.
- Ventura, M.; Corrêa, S. (2006). Adolescência, sexualidade e reprodução: construções culturais, controvérsias normativas, alternativas interpretativas. *Caderno de Saúde Pública*, 22(7), 1505-1509.
- Yazlle, M. E. H. D. (2006). Gravidez na adolescência. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 28(8), 443-445.